

ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR DE
RESIDÊNCIA AGRÁRIA: ARTICULANDO
AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO ENTRE
ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO E DA
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITOS SOCIAIS
DO CAMPO/ RESIDÊNCIA AGRÁRIA
– UFG/ CNPq/ INCRA-PRONERA

ERIKA MACEDO MOREIRA

JANAÍNA TUDE SEVA

SARAH FOGAÇA

Resumo: O “Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária (EIRA): teoria e prática na extensão rural” foi um projeto de extensão e cultura vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (PPGSD – UFG/INCRA/PRONERA/CNPq), ao Observatório Fundiário Goiano (OFUNGO) e contou com o financiamento da chamada pública do Programa de Extensão Universitária - PROEXT/ MEC 2014. Realizado em parceria com as comunidades e os movimentos sociais do campo, buscou, por meio da formação continuada, da vivência e das ações práticas de formação e informação, articular ações e projetos pautados na educação popular e na defesa e promoção dos direitos humanos nestas áreas. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é relatar a experiência desenvolvida no projeto para demonstrar como a oportunidade de fazer extensão universitária enriquece a formação e o conhecimento dos estudantes, além de propiciar a troca de experiência, de conhecimentos, garantindo uma visão mais ampla da realidade e do direito. Este texto está dividido em três partes: 1) Bases epistêmicas da prática da extensionista no direito; 2) objetivos e princípios do EIRA; 3) resultados parciais do projeto.

Palavras-chave: Residência agrária. Interdisciplinaridade. Pesquisa-extensionista. Questão agrarian. Educação jurídica.

INTERDISCIPLINARY TRAINING FOR AGRICULTURAL RESIDENCE:
ARTICULATING RESEARCH AND EXTENSION ACTIONS BETWEEN
GRADUATE AND UNDERGRADUATE STUDENTS IN AGRICULTURAL
SOCIAL LAW/INTERNSHIP - UFG / CNPq / INCRA - PRONERA

Abstract: The “Interdisciplinary Training for Agricultural Residence (EIRA): Theory and practice in rural extension” was an extension and culture project linked to the Graduate Program in Agricultural Law – Agrarian Residence (PPGSD – UFG/ INCRA/PRONERA/ CNPq), to the Observatório Fundiário Goiano (OFUNGO), and was funded by the *chamada pública* for the University Extension Program – PROEXT/MEC 2014. Done in partnership with communities and social movements from the countryside it sought, through ongoing training, experience, practical actions of education and information, articulate actions and projects based on popular education and the defense and promotion of human rights in these areas. In this sense, the objective of this article is to report the experience developed in the project to demonstrate how the opportunity to take university extension courses enriches the education and knowledge of the students, besides providing an exchange of experiences, of knowledge, guaranteeing a broader vision of reality and the law. This text is divided into three parts: 1) Epistemic bases of the extensionist practice in law; 2) objectives and principles of the EIRA; 3) partial results of the project.

Keyword: Agrarian residence. Interdisciplinarity. Research-extension. Agrarian question. Legal education.

1 BASES EPISTÊMICAS DA PRÁTICA EXTENSIONISTA NO DIREITO

Embora a extensão seja parte fundamental do currículo dos cursos da Universidade Federal de Goiás, juntamente com atividades de ensino e pesquisa, sabemos que sua prática e concepção ainda estão vinculadas, majoritariamente, a um modelo que se pauta pelo assistencialismo e transferência de conhecimento. Em oposição a este modelo, o projeto “Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária (EIRA): teoria e prática na extensão rural” se inspira na trajetória do Programa de Pós-Graduação Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária e busca fortalecer a educação do campo e a cultura jurídica,

crítica e plural, como estratégia do desenvolvimento humano vinculada aos projetos de construção do bem viver, no âmbito econômico, social e cultural do campo, a partir da busca pelas novas práticas produtivas, pedagógicas e laborais.

Portanto, o projeto dialoga com os pressupostos teóricos da educação do campo sistematizados por CALDART (2012) e busca designar um paradigma de educação, e de direito à educação, em que a discussão não trata mais da educação no campo (realizada no meio rural), ou simplesmente uma educação para o campo (que permita um olhar para o campo como espaço de vida, que possibilite a permanência no campo e o seu desenvolvimento), mas também e, sobretudo, de uma educação do campo (que atenda e valorize as especificidades do campo: seu tempo, seu espaço, sua cultura, seus sujeitos). Articulando, Campo, Políticas Públicas e Educação, a experiência do PPGDSC insere-se no conjunto de iniciativas que valorizam o processo de construção da relação de ensino-aprendizado, especialmente apoiando-se na valorização do lugar dos sujeitos; e articulam teoria e prática, a partir do recorte temático da reflexão-ação da turma, na dimensão pessoal, por meio de seus projetos de pesquisa-extensão e coletiva. Portanto, estamos falando da consolidação de um paradigma de ciência pautada na pesquisa-participante e na extensão popular.

Partindo dos pressupostos da Educação do Campo, a Educação Jurídica ganhou uma importante aliada, porque, enquanto o modelo central de educação jurídica é caracterizado pela descontextualização, pelo dogmatismo e pela unidisciplinariedade (CAMPILONGO, 1992; PORTO, 2000; MACHADO, 2009), a Educação do Campo e o PRONERA se baseiam em princípios de contextualização, práxis e transdisciplinaridade (CALDART, 2008), impondo outra lógica no processo de ensino e aprendizagem, aos professores, técnicos administrativos e estudantes.

A prática da extensão e a troca de saberes permite a oxigenação da universidade, das bases operantes da produção da verdade e do direito e nos permitem avançar no desenvolvimento de novas práticas de pesquisa-extensão e ir consolidando marcos epistemológicos, os quais apontem para a superação do “manualismo” e “reverencialismo” como práticas da pesquisa sócio-jurídica (OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, valorizamos a prática interdisciplinar como necessidade da produção do conhecimento, em especial nas ciências

sociais, e também como problema, no plano material, histórico e cultural, como também no epistemológico:

A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na natureza intersubjetiva de sua apreensão do caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação, não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável. (FRIGOTTO, 2008, p. 43-44)

O esforço está em reconhecer a necessidade de compreensão da totalidade, em que o problema sócio-jurídico se encontra, uma vez que qualquer problema jurídico está historicamente situado na realidade social. Considerada múltipla e plural, a realidade social desafia o caráter objetivo, neutro e imparcial do conhecimento, concebido pela ciência tradicional e positivista, uma vez que a totalidade parte do problema empírico, e utiliza os conceitos e categorias teóricas para mergulhar de forma articulada na realidade investigada. Representa, portanto, uma visão de mundo, relativa e subjetiva, marcada pelas condições, interesses e concepções que se desenvolvem a partir do acúmulo teórico, datado e re-significado, no qual o pesquisador-extensionista está inserido.

Nesse sentido, vale destacar que a dimensão teórica-metodológica que subsidia a prática extensionista do EIRA, referencia-se em Fals Borda. Com base nas teorias do conflito e buscando compreender as estratégias (por vezes limitadas), de resistência das comunidades rurais, Fals Borda (1980) dizia que

é preciso aproximar-se das bases da sociedade não apenas com o objetivo de entender sua própria versão de sua ciência prática e expressão cultural, mas também para procurar formas de incorporá-las às necessidades coletivas mais gerais, sem ocasionar a perda de sua identidade e seu teor específico.

Portanto, é uma oportunidade de recuperar criticamente a história e contar a versão dos vencidos e não dos vencedores, a fim de que o trabalho sistematizado da memória da luta e dos conflitos possa servir às lutas e metas do tempo presente.

Fals Borda (1980, p. 49 e ss) nos apresenta seis princípios a serem seguidos: 1) Autenticidade e compromisso: saber diferenciar o militante, do grupo social com que se trabalha, e o papel do pesquisador/assessor, ou seja, o compromisso e a solidariedade com a causa, sem querer “virar o camponês”; 2) Antidogmatismo (Marx – A miséria da filosofia): o dogmatismo é um obstáculo a ser vencido na luta popular e, assim, cabe-nos o papel de tradutor da teoria e articulador entre ela e a prática; 3) Restituição sistemática: diálogo e devolução contínuo que pressupõe: 3.1) uma comunicação diferencial (é a primeira etapa, a qual significa restituir os materiais históricos e outros de forma adequada e adaptada de acordo com o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos), 3.2) utilizar uma comunicação simples, 3.3) auto-investigação e controle (deve-se levar em conta as necessidades e prioridade dos grupos com que trabalhamos e não somente a vontade do pesquisador e se pauta no diálogo e rompe a lógica do sujeito objeto. Temos sujeitos/sujeitos – Freire – *Pedagogia do oprimido*), 3.4) popularização da técnica – contribuir para a emancipação humana, a partir da apropriação pelos sujeitos, das técnicas e metodologias de pesquisa; 4) *Feedback* para os intelectuais orgânicos (Gramsci – *A formação dos intelectuais*, nos *Cadernos do cárcere*). Aqui cabem duas reflexões. Primeiro diferenciar o colaborador da pesquisa, do intelectual orgânico. Depois, entender que este retorno é que permite uma visão mais integrada do problema, já que permite articular o particular com o geral e o local/ regional com o nacional; 5) Ritmo e equilíbrio da ação-reflexão; 6) Ciência modesta e técnicas dialogais: abandonar a arrogância científica/preensão de verdade, romper com as relações assimétricas e incorporar pessoas das bases sociais como sujeitos ativos na pesquisa:

o conhecimento então se move como uma espiral contínua em que o pesquisador vai das tarefas mais simples para as mais complexas e do conhecido para o desconhecido, em contato permanente com as bases sociais. Das bases, os conhecimentos são recebidos e processados, a informação é sistematizada em primeiro nível, e a reflexão se dá em um nível mais geral e válido. Em seguida, os dados são restituídos às bases de uma forma mais consistente e ordenada, estudam-se as consequências desta restituição, e assim, por diante, indefinidamente, mas de maneira equilibrada, determinada pela própria luta e por suas necessidades (BORDA, 1980, p. 55).

Já a pesquisa-ação

e a ecologia dos saberes são áreas de legitimação da universidade que transcendem a extensão uma vez que tanto atuam ao nível desta como ao nível da pesquisa-extensão e da formação. A pesquisa-ação consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa-extensão, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços com os problemas cuja solução pode beneficiar dos resultados da pesquisa. Os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento científico ocorre estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil. (SANTOS, 2005, p...)

Portanto, as vivências dos graduandos em direito nas comunidades agrárias permitiu a construção da percepção sobre os significados da luta e um método transformador de personalidades e conhecimentos, tornando cada um dos envolvidos pessoas mais críticas, instigando à busca de uma sociedade mais igualitária que prevaleça um direito mais popular e justo.

2 SOBRE O SURGIMENTO DO PROJETO

O “Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária (EIRA): Teoria e prática na extensão rural” foi um projeto de extensão e cultura vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (PPGSD – UFG/INCRA/PRONERA/CNPq), ao Observatório Fundiário Goiano (OFUNGO) e contou com o financiamento da chamada pública do PROEXT/MEC 2014.

Realizado em parceria com as comunidades e os movimentos sociais do campo, buscou por meio da formação continuada e da vivência, articular ações e projetos pautados na educação popular e na busca pela defesa e promoção dos direitos humanos nestas áreas.

São objetivos do EIRA: a) fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão sobre os direitos sociais do campo e a realidade agrária brasileira, mediante atividades que possibilitem articular a graduação, a pós-graduação, os movimentos sociais do campo e as comunidades rurais; b) apoiar e difundir a questão da terra no ambiente acadêmico; c) contribuir para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem, em especial na formação jurídica; d) realizar mapeamento das demandas de acesso aos direitos sociais envolvendo as comunidades rurais de origem da turma de Residência Agrária; e) estabelecer uma relação entre o estudantes de graduação e a comunidade onde os

estudantes da pós estão inseridos, que resultem no desenvolvimento de trabalhos a longo prazo, tais como grupos de extensão e trabalhos de pesquisa; f) aproximar as instituições de ensino superior com a realidade do campo.

O EIRA está pautado nos seguintes princípios: a) a continuidade da parceria entre universidade e movimentos sociais do campo; b) a defesa da Reforma Agrária Popular frente ao avanço do agronegócio; c) o desenvolvimento de uma extensão de caráter popular e autônoma; d) a interdisciplinaridade e o diálogo entre as diferentes formas do saber; e) a continuidade da vivência e a interação entre estudantes da graduação, educandos(as), residentes e as comunidades a ele vinculadas; f) a vivência-ação como caminho para compreender a complexidade da questão agrária e construir alternativas na comunidade para o fortalecimento da participação ativa e coletiva na busca pela efetivação dos direitos. Articula-se teoricamente sob três eixos fundamentais de discussão: Questão Agrária, Universidade e Movimentos Sociais e Educação Popular e Direitos.

A partir do Delgado (2012), vimos que a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, ou seja, da forma, do quanto e do como produzir. Tal equação econômica aponta para indicadores como a maneira que se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, entre outros. Esses aspectos estão intimamente ligados a outros, voltados para a produtividade numericamente crescente dentro da lógica de produção capitalista industrial. Está também relacionada aos projetos de vida para o campo, considerando a diversidade cultural, a ecologia dos saberes e a agroecologia de um lado, e a monocultura e os impactos sociais e ambientais do agronegócio de outro. Nesse sentido interessa-nos responder: Como a questão agrária se manifesta na comunidade em que vou me inserir? Como se dão as relações de trabalho, produção, comercialização e consumo?

A universidade é espaço primordial na produção de conhecimento, no entanto observamos que não é exclusivo e que a extensão, área de articulação do plano das ideias com o concreto, ainda é incipiente se comparada à área de pesquisa. Nesse sentido, vale ressaltar a importância da extensão, uma vez que ela é um instrumento que permite a intervenção na realidade, compreendendo que a universidade não deve estar voltada para si, em uma produção interna de conhecimento, mas tem um compromisso com a sociedade, na escuta de suas demandas e na resposta de suas necessidades, definindo que os estudos e

pesquisas estejam voltados para sua população. Nesse sentido, importa garantir o diálogo e a parceria com os movimentos sociais populares como caminho para oxigenar a vida universitária entorno dos problemas vividos pelas comunidades. Acredita-se e reforça-se o caráter da universidade como instituição social. Nesses termos, interessa-nos responder: como a Universidade pode contribuir para o fortalecimento das redes de enfrentamento dos problemas sociais? Quais as entidades, organizações, parceiros que a comunidade possui no enfrentamento de seus problemas? Nosso diálogo principal é com Marilena Chauí (2002) e Boaventura de Sousa Santos (2004; 2007).

A educação popular tem como pressuposto de produção (trabalho) e apropriação dos produtos culturais, a expressão de um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias incentivadoras à participação ativa das pessoas, valorizando sua dimensão coletiva. Com conteúdos e técnicas de avaliação processuais, permeada por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientada por anseios humanos de liberdade, justiça e felicidade, busca contribuir, a partir da vivência com os protagonistas dos direitos humanos na perspectiva da sistematização, da reorganização de seus conteúdos. Além disso, também procura contribuir com a sua reelaboração, encaminhando novas sínteses entre o conhecimento científico e os conhecimentos resultantes das práticas coletivas, na busca pelas estratégias de enfrentamento e garantia de direitos. Nesse sentido interessa-nos responder: Quais as principais violações aos direitos sociais do campo que a comunidade vivencia? Qual a relação entre extensão rural e estágio? Quais metodologias utilizar para desenvolver a pesquisa-participante?

O Projeto de Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária em áreas de Agricultura Familiar e Assentamentos de Reforma Agrária, ao longo das experiências e das discussões acumuladas, propõe como metodologia para seu desenvolvimento quatro etapas principais: Preparação Interna, Vivência, Avaliação e Pós-EIRA, cada uma delas tendo papel fundamental na construção do estágio.

A Preparação Interna foi o processo de realização de Rodas de Conversa apresentando temas fundamentais para instrução dos pesquisadores-extensionistas. Este foi o momento inicial do estágio que correspondeu à apresentação e ao aprofundamento de temas essenciais para a compreensão do atual contexto da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, bem como temas de

importância geral para a compreensão da forma de como se dão as relações sociais.

Já na etapa da Vivência, o estagiário teve oportunidade de entrar em contato com os processos organizativos da Agricultura Familiar e dos Assentamentos da Reforma Agrária, podendo conhecer de forma mais profunda a realidade de cada comunidade, e, ainda, ter a percepção das demandas jurídicas do local, trazendo para a universidade uma forma mais humanista de enxergar o direito. Esta etapa configurou um dos momentos mais importantes do estágio, pois foi nele que o estagiário observou todas as particularidades e aspectos de: organização política dos assentamentos e dos Agricultores Familiares, organização da produção e comercialização dos Pequenos Agricultores, organização social e cultural dos pequenos agricultores, organizações administrativas das associações e cooperativas, o acompanhamento técnico dos agricultores, as demandas jurídicas das pessoas da comunidade que muitas vezes não têm acesso à justiça.

E a avaliação, neste contexto, foi desenvolvida por meio de reuniões de todos os estagiários e estagiárias e demais participantes com os objetivos de: socializar as experiências individuais obtidas no período da vivência; aprofundar os temas levantados durante a preparação, com base nas experiências vivenciadas; avaliar a experiência do estágio como um todo, elencando os pontos negativos e positivos e, por fim, elaborar propostas para a realização de um próximo estágio a partir dos elementos surgidos na avaliação.

Finalizando, tivemos o Pós-EIRA, que foi o Período para consolidação do processo de aprendizagem depois do estágio e do vínculo com as comunidades envolvidas nos processos do Estágio. Nesse período, foram realizados diversos eventos, tais como capacitação envolvendo estudantes e as comunidades (acampamentos e assentamentos), como por exemplo, cursos de capacitação em edição de vídeos, de agroecologia, de juristas leigos e o Seminário sobre Questão Agrária.

Todas as etapas do projeto EIRA perpassam pela ideia de desenvolver vínculo entre a comunidade e a Universidade. As vivências não possuem um caráter de pesquisa exploratória apenas, mas vai além, buscando compreender os sujeitos das sociedades e, desse modo, problematizar o ensino a partir da extensão, já que esta possibilita a integração da academia com os diversos segmentos da sociedade.

A escolha das áreas de vivência envolveu um complexo de ponderações, desde a diversidade temática, regional, como também a logística. Essa escolha privilegiou, em um primeiro plano, as áreas indicadas pelos próprios educandos, orientadores ou pelas organizações parceiras; depois, as áreas possíveis pela viabilidade de orientação e acompanhamento. Vale destacar que, em algumas áreas, há mais de um educando, o que acreditamos que fortaleceu o trabalho coletivo e a qualidade da intervenção, garantindo uma prática interdisciplinar.

Área	Educando(a)	Tema	Co-orientador(a)	Residente
PA Mosquito – Goiás	Lucélia	A (Trans)Formação dos professores e professoras das escolas do campo.	Ranielle	Renato
Geraizeiros - Rio Pardo de Minas	Aldinei Leão	O movimento Geraizeiro, na Microregião do Alto do Rio Pardo, pela retomada dos territórios, compreendidos como 'gerais' ou 'terras de solta', expropriados pela monocultura do Eucalipto.	Marés	Neto
	Jonielson	Terras Comuns: a etnicidade e a religiosidade como ferramentas na luta dos geraizeiros pelo direito à terra nos conflitos das comunidades do Sobrado, no município do Rio Pardo de Minas.	Janaína	Neto
CRQ Rio dos Macacos/ AATR – Salvador – BA	Carlos Eduardo	Da resistência e a força na atuação do poder judiciário nos conflitos entre quilombos e Forças Armadas: a experiência do quilombo do Rio dos Macacos.	Mariana Trotta	Emília
Moradia Camponesa – Goiás	Jossier	Entre o sonho, a luta e a conquista – moradia camponesa e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).	Cleuton	Natália

PA Conceição Rosa/ Maranhão	Inez	A luta por direitos no campo: a formação dos assentamentos Conceição Rosa, Padre Josimo e Acampamento Irma Doroty - Regional Itapecuru Mirim - Maranhão.	Erika	Síbilla
MPA – Tarilândia – RO	Lenir	Revolta das Amélias: um olhar social sobre o coletivo de mulheres do MPA de Tarilândia.	Erika	Mariana Gullo
PA Paraíso – Goiás	Maria Alessandra	O Novo Código Ambiental e a apropriação da terra: sua aplicabilidade e as consequências junto ao Assentamento Paraíso - Goiás.	Cláudio Porto	Mariana Gonçalves e Roberta
PA Pontal dos Buritis – Rio Verde/ Goiás	Natanael	O direito e o uso de agrotóxicos no campo brasileiro: o caso de pulverização área no assentamento Pontal do Buriti em Rio Verde.	Cleuton	Rafaela
PA Dom Fernando – Itaberaí	Poliene	Direito à educação: o alcance do PRONERA na educação do campo e a realidade educacional no assentamento Dom Fernando – Itaberaí-GO	Ranielle	Pedro
	Bruna	A reforma agrária e os usos do solo e do território.	Robson	Pedro
Assentamento Rancho Grande – Goiás – GO	Pollyana	Campesinato e Agroecologia: reflexão-ação-reflexão para a construção de um processo produtivo sustentável no Projeto de Assentamento Rancho Grande – Goiás-GO.	Murilo	Jordana
	Diene	Pelo Direito à educação e à terra: a luta dos povos de reforma agrária no município de Goiás.	Robson	
MST – Sinop – MT	Rosa	A questão agrária no Noroeste do Mato Grosso.	Erika	Sarah

3 OS RESULTADOS PARCIAIS DO PROJETO.

A Universidade Federal de Goiás - Regional Cidade de Goiás (RCG) - vivencia uma fase de consolidações da relação entre os estudantes e a comunidade. O projeto EIRA, nesse aspecto, buscou estabelecer esse diálogo entre as comunidades sociais e a academia, a partir do princípio de desenvolver uma extensão universitária de caráter popular. Para isso, a tríade que compõe a metodologia do projeto (ensino, pesquisa e extensão) buscou a formação dos residentes, com debates e diálogos, sobre temas que aproximasse das problemáticas sociais, presentes na realidade das comunidades, onde foram realizadas as vivências.

O projeto visou à participação de estudantes universitários, com o objetivo de vivenciar a realidade das comunidades rurais, bem como possibilitar aos estudantes da graduação uma formação mais interdisciplinar e humanista, contextualizando-os sobre os desafios do campo brasileiro, a partir dos desafios da realidade socioeconômica, política e cultural, para que possam atuar na promoção da assessoria jurídica, nas lutas pela terra e território no ambiente acadêmico.

As vivências foram capazes de contribuir com a consciência crítica dos demais estudantes, problematizando-os sobre a formação recebida nas universidades e a estrutura social, colocando-os em contato com a realidade agrária brasileira e com as perspectivas de transformação social por meio da organização e da mobilização popular. Os estagiários, em contato com o projeto de extensão, se aproximam do conceito de que as instituições de ensino superior constituem um campo do conhecimento, assim como o conhecimento popular também. Dessa maneira, não possuem mais a ideia de que o ensino acadêmico é superior aos demais, pois, ao vivenciarem a realidade do campo, são capazes de vislumbrar uma integração entre a sociedade e a universidade na perspectiva de somar forças para a transformação social.

As vivências tiveram uma linha de continuidade para possibilitar aos estudantes da graduação uma percepção mais integral sobre a realidade social, econômica, política e cultural das comunidades rurais. A partir disso, os alunos podem realizar intervenções acadêmicas nas comunidades, ou seja, vivências, na perspectiva de junção do conhecimento acadêmico com o conhecimento popular, e na busca pela defesa e promoção dos direitos humanos nestas áreas e, ao mesmo tempo, ao voltarem para o ambiente acadêmico, são capazes de

questionar o modelo da educação universitária brasileira discutindo o caráter e a importância da extensão.

Cada área de atuação teve uma estratégia de intervenção construída a partir do tema central de trabalho do educando do PPGDSC, sendo certo o desenvolvimento de atividades de formação com as comunidades, por meio, por exemplo, de rodas de conversa, entrevistas, exibição de vídeos e elaboração de cartilhas.

Na região de Rio Verde, a pesquisa perpassou pelo caso da “chuva de veneno” sobre a escola São José do Pontal. Lá, foram realizadas diversas vivências durante dois anos na escola. Durante as rodas de conversas, foram feitas entrevistas com a equipe pedagógica da escola atingida, com os alunos afetados e suas famílias.

O projeto também teve ações de intervenção fora dos limites do Estado de Goiás. Assim, foram feitas vivências juntamente com uma advogada popular que conhecia de perto a realidade dos assentamentos e acampamentos do MST no Mato Grosso, e a pesquisa perpassou a linha da educação, da organização do movimento e da assessoria jurídica popular.

As atividades propostas nas áreas foram oficinas com diversidade de temas e debates, em que foram estabelecidos espaços de gênero, de agronegócio e de reforma agrária popular; além do espaço da juventude e o campo dentre espaços de troca de realidades. As vivências no estado partem do projeto de elaboração de cartilhas para a formação das famílias acampadas e assentadas ligadas ao MST. Foram realizadas essas oficinas e, posteriormente, organizadas as cartilhas, a partir dos debates, no intuito de unir a teoria com a vivência dos assentados e acampados. Foram quatro oficinas em dois assentamentos distintos. Primeiramente, na Escola Florestan Fernandes, no assentamento 12 de outubro, no Município de Cláudia, 30 km da Cidade de Sinop/MT, e 600 km da Capital Cuiabá/MT, e também duas oficinas no assentamento Rose-li Nunes, próximo à região de Cáceres/MT. Os temas das oficinas realizadas foram: Direito e Justiça, Agronegócio e a Reforma Agrária Popular, Gênero e Relações de Poder: a Participação das Mulheres na Luta Social, A Juventude dos Assentamentos. O foco da pesquisa nas áreas era aprofundar a compreensão da organização social e como o direito acadêmico serve como ferramenta de modificação da estrutura social imposta.

Uma dessas oficinas foi realizada no norte de Minas Gerais, com os povos e comunidades tradicionais Geraizeiros. Os pesquisadores participaram da IV

Conferência dos Geraizeiros que direcionou a construção da criação do Movimento Geraizeiro, o qual seria um movimento inovador porque se trata de um movimento de comunidades tradicionais. Esse foi um espaço importante para a consolidação dos objetivos e princípios para realizar a retomada do território dos Geraizeiros, povos e comunidades tradicionais que têm seu destaque na sua relação com o cerrado. É uma região de conflito entre a comunidade que defende o cerrado e a indústria do eucalipto que está inserida na comunidade desde a década de 70.

No norte do País, na região de Rondônia, foram realizadas vivências no contexto de perceber a realidade das mulheres que estão inseridas no contexto da luta pela terra e problematizar a realidade da estrutura social que vivenciam.

Já na região de São Luís do Maranhão, a pesquisa uniu a vivência nas comunidades com o estudo dogmático do Direito, fazendo a reflexão sobre o questionamento “O que é o Direito e Justiça?”. A experiência foi no Assentamento Conceição Rosa, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, do Estado do Maranhão. As linhas de pesquisa buscaram pensar o acesso à justiça a partir das correntes críticas do Direito, construindo um elo entre a questão agrária no Brasil e a luta por direitos dos movimentos sociais. Refletiu-se, nesse contexto, o modo como o Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária contribui para estabelecer vínculo entre a universidade e a comunidade por meio da extensão e pela da assessoria jurídica popular.

Houve atividades em uma comunidade quilombola em Salvador, Bahia, com o foco no papel das mulheres na comunidade e a construção de preconceito, injustiça, discriminação em relação às comunidades tradicionais. O objeto de análise foi provocar na comunidade uma reflexão sobre a questão jurídica da Marinha que deseja possuir o território que por direito é de propriedade da comunidade quilombola. A pesquisadora-extensionista dessa área vivenciou na íntegra a contradição entre o direito que é aplicado e a justiça social que deveria estar presente na realidade de toda população, assim como aprendemos na universidade. A pesquisa também fez reflexões sobre como os mecanismos jurídicos acabam por manter a ordem desigual que vivemos em vez de ser um método de mudança.

No Brasil, a prática da assessoria jurídica popular permitiu a construção de um espaço democrático no Direito, rompendo com o processo de desigualdade jurídica. Como exemplo disso, tem-se a Escola de Direito Achado na Rua:

Para ele, o Direito devia também ser achado na rua, como criação social e expressão de legítima organização da liberdade, traduzindo o processo de emancipação dos oprimidos e dos excluídos. Curiosamente, ao construir a metáfora, o professor Lyra Filho se inspirou em Marx, a partir de um poema do pensador, no qual, mostrando o idealismo alemão projetado para “o mundo da lua”, revelou a sua intenção de se voltar para o que pudesse “encontrar bem no meio da rua”. Poeta também, o professor Lyra Filho afirmou que queria aplicar ao seu campo de pesquisa, o Direito, a mesma intencionalidade, ou seja, “achá-lo na rua”, ali onde nasce o clamor dos espoliados e dos oprimidos. (STREIT, M. *O direito Achado na Rua*. Entrevista com José Geraldo Sousa Junior, 2014).

A pesquisa englobou, desse modo, estas novas correntes teóricas críticas, as quais possuem um debate essencial na perspectiva de direito e justiça, enfatizando o acesso à justiça.

Como resultado acadêmico, o projeto gerou a produção de artigos científicos que versaram por diversos temas e que contemplaram o conceito de extensão como uma vertente de construção de uma nova relação universitária e social e, também, sobre a pesquisa social da vivência, relatando as percepções e as demandas reais das comunidades envolvidas no projeto.

O EIRA promoveu um intercâmbio político entre organizações estudantis, entidades que realizam extensão popular, com movimentos sociais populares e com a Universidade, estabelecendo uma relação entre os estudantes e a comunidade, que resulta no desenvolvimento de trabalhos a longo prazo, tais como outros grupos de extensão e trabalhos de pesquisa. Afinal, fica claro que, por meio da práxis, torna-se possível uma construção acadêmica igualitária e que atenda às demandas de toda sociedade, a fim de que existam profissionais crítico-reflexivos, os quais busquem o Direito e atuem como pensadores motivados para a mudança social, garantindo, portanto, justiça e liberdade a todos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Assim, o Estágio de Vivência é entendido dentro de um contexto mais amplo: o do relacionamento entre Universidade e Sociedade no Brasil, o qual vem se mostrando frágil, pontual e fragmentado. A universidade brasileira não tem conseguido propiciar uma formação profissional que preste a devida atenção às reais demandas e carências de diversos grupos sociais, especialmente daqueles que se situam em posições subalternas e marginalizadas. Isto se agrava ao se considerar que a/o estudante universitário, embora represente

uma minoria privilegiada, ainda se mostra passiva(o) diante da realidade social.

As críticas que seguidamente são feitas à instituição universitária encontram bases concretas, ao analisar: a formação acadêmica distanciada da realidade, que será objeto de sua atuação profissional; a fragmentação do conhecimento, a qual gera uma visão também fragmentada do mundo; a divisão rigorosa entre o exercício das funções intelectuais e instrumentais.

Agora, além de promover um envolvimento maior das Universidades com as suas regiões de abrangência, o EIRA rompe com o academicismo desprovido da práxis social, promovendo uma visão holística da questão agrária. As Vivências Rurais proporcionam aos estudantes universitários um contato direto com as comunidades de assentado(a)s e agricultores(as) familiares organizado(a)s, vivenciando na prática seus problemas, suas formas de organização e os desafios por eles/elas enfrentados.

O projeto estabeleceu uma relação entre a comunidade e os estudantes para a construção de uma consciência crítica, analisando os problemas estruturais da sociedade e as lacunas do ensino mecânico universitário e, ainda, houve o aprofundamento sobre as discussões da extensão universitária, tanto sobre sua teoria quanto sobre a sua prática.

A pesquisa-extensionista proporcionou uma reflexão específica e profunda sobre o papel da Universidade na sociedade em que faz parte, e também estabeleceu a expressão legítima do pesquisador, na condição de um agente capaz de problematizar a estrutura acadêmica restrita.

REFERÊNCIAS

- BORBA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense: 1986.
- CALDART, Roseli et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CALDART, Roseli Salette. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: *Educação do Campo, Identidade e Políticas Públicas*, por Edgar Jorge.
- CALDART, Roseli. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida (Org.).

Por uma educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

CAMPILONGO, Celso Fernando. *Assistência Jurídica e realidade social: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais.* (mimeo)

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, N. 24, set/dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413>. Acesso em: 06 mar 2016

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FREITAS, Cleuton Cesar Ripol de. *Ocupar, resistir e produzir: a aprendizagem da turma Evandro Lins e Silva.* 2014. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Ideação Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste.* Campus Foz do Iguaçu, V.10, N. 1, 2008. p. 41-62

IZAGUIRRE, Inés. Alguns ejes teórico-metológicos en le estudio del conflicto social. In: SEOANE, José (Org.) *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina.* Buenos Aires: Clacso, 2004.

KOLLING, Paulo Ricardo C.; CALDART, Roseli Salete (orgs). *Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo.* Coleção por uma Educação Básica do Campo, V. 4, 2002.

MACHADO, Antônio Alberto. *Ensino Jurídico e mudança social.* São Paulo : Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, Luciano. Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. In: OLIVEIRA, Luciano. *Sua excelência o Comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica.* Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004, p. 137-167.

PORTO, Inês da Fonseca. *Ensino jurídico, diálogos com a imaginação: construção do projeto didático no ensino jurídico.* Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Para uma revolução democrática da justiça.* São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.* São Paulo: Cortez, 2004.

STREIT, Maíra. *O direito achado na rua.* Entrevista com José Geraldo Sousa Junior, 2014.

UFG-Regional Goiás. *Diretrizes político-acadêmicas do Estágio Interdisciplinar de Residência Agrária – EIRA: Teoria e Prática na Extensão Rural.* Cidade de Goiás, 2014.